



# **CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA**

## ***Estado de Minas Gerais***

### **REQUERIMENTO N° 012/2026**

Senhor Presidente,

A Vereadora infra-assinada, na forma regimental, requer a Vossa Excelência que se envie ofício ao Chefe do Poder Executivo Municipal, encaminhando o presente Requerimento, solicitando à Secretária Municipal de Assistência Social, Amanda Talita Luis Lopes; bem como aos demais setores competentes, que informem a esta Casa, sobre a viabilidade de criação do Conselho Municipal da Comunidade LGBTQIAPN+ no âmbito do Município.

#### **JUSTIFICATIVA:**

Apresento o presente Requerimento, antes de tudo, pela compreensão de que o Poder Público ainda precisa avançar na construção de políticas permanentes de proteção e promoção de direitos da comunidade LGBTQIAPN+ em nosso Município. Ressalto, ainda, que a presente proposição decorre de solicitação de inúmeros cidadãos e cidadãs lagopratenses, que manifestaram o desejo de que o Município avance na institucionalização de espaços formais de participação e representação da comunidade.

É fato que, apesar dos avanços sociais, ainda existem situações de discriminação, preconceito e vulnerabilidade que atingem diretamente essa parcela da população. Nesse sentido, a criação de um Conselho Municipal da Comunidade LGBTQIAPN+ mostra-se necessária, uma vez que permitirá a escuta ativa, o diálogo institucionalizado e a construção conjunta de políticas públicas mais eficazes e sensíveis às demandas reais.

Além disso, o Conselho poderá atuar de forma estruturada na valorização cultural, na promoção da cidadania e no fortalecimento do respeito à diversidade, bem como na promoção de atividades, campanhas educativas e ações voltadas à saúde, prevenção e conscientização, contribuindo para que o Município reafirme, na prática, seu compromisso com os princípios da dignidade da pessoa humana e da igualdade.

Cumprе destacar, ainda, que a existência de um órgão colegiado específico possibilita maior organização das ações governamentais, bem como acompanhamento e fiscalização das políticas implementadas, garantindo transparência e efetividade.

Assim, por meio deste requerimento busco, para além da efetivação da função fiscalizadora do Poder Legislativo, contribuir para a construção de uma cidade mais justa, acolhedora e respeitosa.

Diante do exposto, solicito o encaminhamento do presente Requerimento ao Poder Executivo após apresentação e discussão em Plenário.

Sala das sessões, 18 de fevereiro de 2026.

**ANA RUTH**  
**Vereadora do PSD**